

# O lugar da História das Mulheres nas provas do ENEM (2016-2018)

Stéphane Martins  
Juliana Andrade

**Resumo:** Este trabalho apresenta reflexões sobre o lugar da História das Mulheres no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado no período de 2016 a 2018. Nossa intenção é mostrar como uma avaliação de larga escala aborda temas que contribuem para a formação cidadã e a igualdade de gênero. Para tal, usamos as estratégias analíticas da Análise de Conteúdo, observando as categorias “mulher, feminino e personagens femininas” nos itens aplicados na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, na Matriz de Referência e nos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como referencial teórico lançamos mão das reflexões dos pesquisadores (as) do campo do Ensino de História como Fernando Seffner e Luís Fernando Cerri, dos Estudos de Gênero usamos os conceitos elaborados por Joan Scott, Judith Butler e outros. Como resultado do estudo, podemos dizer que, identificamos a presença pontual da História das Mulheres no ENEM e a necessidade de a avaliação dialogar com o avanço historiográfico relativo à História das Mulheres.

**Palavras-chave:** ENEM; História das Mulheres; Avaliação em Larga Escala.

## The place of women's history in ENEM exams (2016-2018)

**Abstract:** This work presents reflections on the place of Women's History in the National Secondary Education Examination (ENEM), carried out from 2016 to 2018. Our intention is to show how a large-scale evaluation addresses topics that contribute to citizenship education and equality of gender. To this end, we used the analytical strategies of Content Analysis, observing the categories "woman, female and female characters" in the items applied in the area of Human Sciences and their Technologies, in the Reference Matrix and in the data produced by the National Institute of Studies and Research Educational Institutions Anísio Teixeira (INEP). As a theoretical reference, we used the reflections of researchers in the field of History Teaching, such as Fernando Seffner and Luís Fernando Cerri, from Gender Studies, we used the concepts developed by Joan Scott, Judith Butler and others. As a result of the study, we can say that we identified the punctual presence of Women's History in ENEM and the need for the evaluation to dialogue with the historiographic advances related to Women's History.

**Keywords:** ENEM; History of Women; Large-Scale Assessment.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o acesso às universidades no Brasil cresceu exponencialmente, por conta dos efeitos das políticas públicas voltadas para o Ensino Superior da primeira década do século XXI. Nesse contexto, a sociedade brasileira e a comunidade acadêmica ao mesmo tempo em que celebrava essa conquista, se deparava com uma série de questões que necessitam ser problematizadas, como por exemplo, a consolidação da política de democratização do acesso ao Ensino Superior, a ampliação do número de vagas nas universidades públicas e a necessidade de investimento em políticas de permanência para os estudantes. Essas transformações sociais e culturais que o acesso a universidade brasileira proporcionou se deu por conta da adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de acesso ao Ensino Superior brasileiro. O ENEM representa um marco histórico na educação nacional, pois, diferente dos antigos vestibulares instituídos no início da década de 1990, ele é um instrumento mais democrático e menos meritocrático.

O ENEM, inicialmente criado em 1998 para avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica<sup>63</sup> se tornará a partir de 2009, com os investimentos do Ministério da Educação (MEC), a principal “forma de acesso ao ensino superior no Brasil” (SILVEIRA et al., 2015, p 1101). O novo ENEM se tornará um símbolo do Sistema de Seleção Unificada (SISU), passando “a operar em larga escala no processo de alocação dos candidatos as vagas” (SILVEIRA et al., 2015, p 1102). Com a chegada do novo ENEM, começava a sair de cena os antigos vestibulares constituídos por provas herméticas, memorialísticas e pouco reflexivas para dar lugar a um instrumento mais democrático composta por questões que passaram a ser chamada de itens<sup>64</sup> preocupadas em problematizar a representatividade, problemas sociais e a função prática do conhecimento científico. O ENEM chegou abalando as estruturas elitistas do sistema educacional brasileiro.

Desde sua implementação como instrumento e forma de ingresso ao ensino superior em 2009, as provas do ENEM se tornaram uma ferramenta de modelação curricular no Ensino Médio, direcionando os percursos formativos nessa etapa de ensino de tal modo que

---

<sup>63</sup> Os estudos apontam que “a partir dos princípios definidos na Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e materializados na Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), assinada pelo Ministro Paulo Renato Souza, em 1998, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa prova realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal desde 1997, está inserida no conjunto do Sistema Nacional de Educação (SNE) como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)” (BERTUZZI, 2020, p.57).

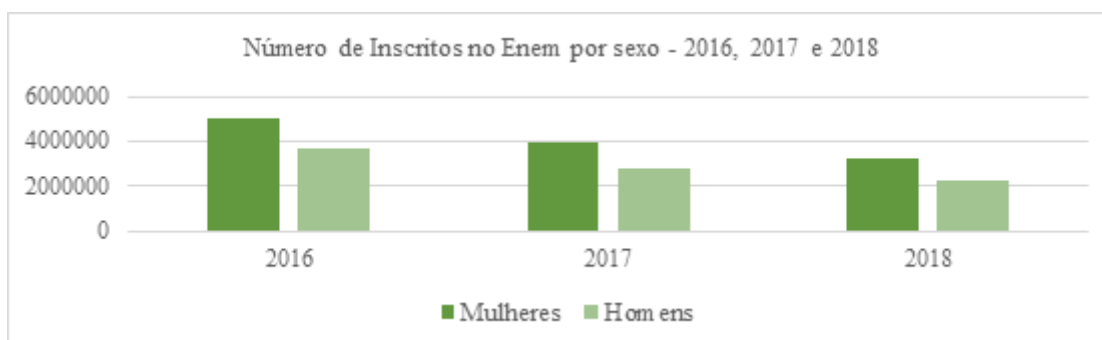
<sup>64</sup> As questões do ENEM são nomeadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de “item”. Segundo o pesquisador André Bertuzzi, “em 1998, uma equipe de especialistas, professores de diferentes áreas do conhecimento e técnicos da área de medidas educacionais, foi contratada para a elaboração das questões do ENEM (tratadas pelo INEP como itens) a fim de construir um Banco Nacional de Itens (BNI) para este e outros instrumentos de avaliação. Os itens seriam desenvolvidos com o objetivo de avaliar as competências e habilidades defendidas junto à Matriz de Referência do exame (BERTUZZI, 2020, p.57).

condiciona as práticas avaliativas e os conteúdos programáticos nas redes de ensino públicas e privadas. O currículo do Ensino Médio passa por um processo de estandarização por conta do ENEM assim como o currículo do Ensino Fundamental que são reguladas pelas avaliações em Larga Escala no Brasil: o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB<sup>65</sup>) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA<sup>66</sup>), que definem o que se aprende e como se aprende no Ensino Fundamental.

Nesse sentido, a literatura tem apontado para a importância de se investigar os temas que são abordados no ENEM, por ter esse caráter de definir o que se ensina e o que se aprende no Ensino Médio. São muitos os temas que precisam ser explorados, no entanto, acreditamos que a História das Mulheres ou o protagonismo feminino precisam ganhar centralidade no debate pelo fato de vivermos em uma sociedade marcada pelas relações desiguais de gênero, pelo grande número de violência contra mulher e para que o maior número inscritos (mulheres) possam aprender sobre a História das Mulheres no processo seletivo.

A partir dos dados obtidos pela INEP, podemos observar que o processo de exclusão das mulheres no sistema educacional brasileiro, sobretudo, no Ensino Superior começa a ser alterado a partir da segunda década do século XXI, quando o número de inscritos por sexo nos anos de 2016, 2017 e 2018 será o feminino, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Quantidade de inscritos por sexo (2016-2018)**



*1 Fonte: Sinopse Estatística do Enem - INEP*

O gráfico acima indica que em 2016 tivemos 57,75% das mulheres inscrites, em 2017 os dados apontam para o percentual de 58,4% e em 2018, 59,45% de mulheres (INEP, 2016; 2017; 2018). Esse crescimento apresentado no gráfico 1, revela um processo de reparação histórica que vivenciamos no Brasil. Desde sua criação, o SISU buscou ampliar o número de vagas através de diferentes políticas, mas, sobretudo, alinhada a política de cotas raciais para que uma camada da sociedade cujo passado marcado violentamente pela escravidão não tivesse impossibilidade do acesso Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados do INEP mostram que a ocupação das universidades e faculdades tem sido feita por mulheres, negras e

<sup>65</sup> A primeira edição do SAEB foi em 1990 (INEP, 2021).

<sup>66</sup> A primeira edição do PISA foi em 2000 (INEP, 2021).

pardas, com idade entre 21 e 30 anos, solteiras, periféricas e que vivem em arranjos familiares com renda média de até 2 (dois) salários-mínimos (INEP, 2016; 2017; 2018).

Logo, colocar a História das Mulheres no centro do debate numa prova nacional é colaborar para que se vença a invisibilidade e exclusão das mulheres nos espaços de poder. Para o pesquisador Fernando Seffner (2021), a produção de uma narrativa histórica generificada pelo viés masculino, objetiva prolongar as invisibilidades e as subalternidades que a historiografia proporcionou à categoria mulheres ao longo dos tempos. Segundo Seffner (2021, p.430), temas como gênero e sexualidades são elementos estruturantes da vida em sociedade, principalmente por indicar as vulnerabilidades sociais, expandindo a abordagem destes temas como uma aliada no projeto político educacional que visa a educação democrática de acordo com os Direitos Humanos e as leis educacionais. Já Diego Bruno Velasco (2018) quando faz a análise dos itens de História no ENEM, declara que a prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias é importante por legitimar os sentidos de “verdadeiro” e de “memória”, pois é através do exame que o currículo da História escolar no Ensino Médio vem a ser validado, afirmando que “os conteúdos e as narrativas que aparecem neste exame não são frutos de uma suposta neutralidade”, pensando na dimensão que o exame vem assumindo (VELASCO, 2018, p.40).

Assim, o presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre o lugar da História das Mulheres nos itens da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias do período de 2016 a 2018, por entender que é preciso mostrar as lacunas e chamar atenção para a necessidade do ENEM abordar questões socialmente relevantes. Nossa intenção é observar como as narrativas históricas aparecem nos enunciados e se as problemáticas abordadas contribuem para uma construção positiva da imagem da mulher na sociedade contemporânea. A estratégia metodológica utilizada consistiu inicialmente em fazer um levantamento dos itens do ENEM, destacando as palavras-chaves: mulher, mulheres, feminino e nomes femininos (como Rosa Parks, Maria Bonita...). Posteriormente nos debruçamos sobre o enunciado ou alternativa para estruturar o debate acerca da problemática despertada neste artigo. Temos as mulheres como categoria e objeto de análise com foco na disciplina de História e quanto aos problemas de gênero nas abordagens das questões levantadas. Com isso, o nosso trabalho busca colaborar no aprimoramento do sistema nacional de avaliação do Ensino Médio.

A seguir, traçamos os caminhos para tratar sobre os itens selecionados nas análises, de modo a considerar a temática em questão, partindo da discussão historiográfica sobre a invisibilização das mulheres na História e historiografia. O silêncio historiográfico sobre as mulheres passou a ser discutido com bastante intensidade durante o século XX e XXI. Margareth Rago (1995) afirma que, com as pressões e demandas dos movimentos feministas nos anos 1970, permitiu-se que a produção historiográfica desse a mulher esse lugar de sujeito histórico. A partir dessa discussão, passamos para apresentação das fragilidades do Enem, da Matriz de Referência, e outras leis educacionais.

## **HISTÓRIA DAS MULHERES E O DEBATE ATUAL DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL**

Estudar como o ENEM aborda a categoria mulher é colocar no centro do debate de um processo nacional essas sujeitas históricas que lutam pela visibilidade e inclusão. Ao mesmo tempo, esse movimento de discutir o protagonismo feminino no ENEM serve para entender como o feminino se constrói no interior de um sistema desigual, entendendo suas particularidades e suas relações com a sociedade (DAUPHIN et.all, 2001, p.15). Diante das reflexões apontadas pelos pesquisadores do campo do Ensino de História (SFFENER, 2020, 2021; CERRI, 2004, 2017) e dos Estudos de Gênero (SCOTT, 1995; BUTLER, 2019; SOIHET, PEDRO, 2007; DAUPHIN, 2001; PERROT, 2017; RAGO, 1995), compreende-se que o ENEM apresenta uma discussão pequena ou quase inexistente sobre a História das Mulheres ou mulheres como protagonistas, contrariando o que prevê não só a Constituição Federal de 1988, que aborda os princípios da educação nacional, sobre a igualdade e o pluralismo (Art. 3º, Art. 205º e Art. 206º), mas a legislação educacional brasileira no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96), e o Art. 8º da Lei Maria da Penha nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, que tratam da necessidade de inclusão do debate de gênero e pela promoção de estudos sobre os frutos deste assunto (BRASIL, 1988; 1996; 2006).

Confirmando o que a historiadora francesa Michelle Perrot, chama atenção para como se dá o processo de invisibilização da mulher:

Da História, muitas vezes a mulher é excluída. (...) O “ofício de historiador” é um ofício de homens que escrevem a história do masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligência os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História! (PERROT, 2017, p.197)

Nesse sentido, enxergar-se um processo de silenciamento seja nos espaços de poder ou na produção historiográfica. A discussão sobre a invisibilização das mulheres da historiografia parte do questionamento do que seria o público e do que seria o privado. Segundo Perrot (2017), as fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram, elas foram com o tempo sendo estabelecidas para a participação feminina. Para a autora, a esfera pública é um espaço de poder que a mulher não fazia parte, por historicamente, ter sido imposta a determinados papéis sociais restritos a vida privada.

Inexistente no nível político o lugar das mulheres no século XIX é extremo, quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético. (PERROT, 2017, p.191)

Assim, o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder” (PERROT, 2017, p.198).

Esse cenário começa a mudar em 1970, quando a partir do ponto de vista da História Social os estudos começam a considerar as mulheres como sujeitos históricos (RAGO, 1995, p.84):

O trabalho da mulher foi, com frequência, desconsiderado pelos historiadores do sexo masculino especialmente porque – em surpreendente exemplo do problema da “invisibilidade” – boa parte dele não foi registrada nos documentos oficiais, pesquisas de trabalhadores encomendadas e realizadas por funcionários do sexo masculino. Na cidade de São Paulo, no início do século XIX, por exemplo, as atividades de muitas trabalhadoras pobres, negras e brancas – como a venda de alimentos na rua – só podem ser recuperadas por meios indiretos, sobretudo mediante os registros judiciais de crimes e discussões ocorridos durante o trabalho. (BURKE, 2012, p.86)

Contudo, a preocupação das pesquisas sobre as mulheres nos anos 1970, estavam voltadas para o debate sobre as condições de trabalho, o que evidenciou os signos de opressão masculina, social e de ordem econômica (RAGO, 1995, p.82). Já nos anos 1980, com a emergência da produção historiográfica sobre a História das Mulheres, os estudos apontam uma mulher reinventando seu cotidiano, identificando e resistindo à dominação masculina e classista (RAGO, 1995, p.82).

Conforme Michelle Perrot, a subordinação das mulheres ao longo da história, é resultado de um processo que se poderia imaginar reversível, porque os sexos são produtos naturais de uma evolução (PERROT, 2017, p.185). No entanto, sendo um produto social, esta relação entre os sexos, confere à dominação masculina o peso da desigualdade, a partir do qual se pode compreender aspectos das engrenagens produzidos pelo sistema histórico como, por exemplo, o patriarcado (DAUPHIN et.all, 2001, p.17). O conceito de patriarcado, visto sob a ótica dos movimentos feministas, consiste numa relação hierarquizada, cujo homem, enquanto patriarca, exerce a função de dominador das demais funções sociais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p.131). O patriarcado é visto como uma estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular de poder (SAFFIOTI, p.108). Desta forma, é imprescindível a apreensão do caráter histórico do fenômeno social do patriarcado (SAFFIOTI, 2015, p.114).

Do mesmo modo, que o debate sobre o patriarcado contribui para o combater a ideia universal de mulher, essa discussão também nos ajuda a reforçar a necessidade de conceber esse sujeito histórico de maneira interseccional<sup>67</sup>, ou seja, nos ajudar a ver as diferentes mulheres a partir de marcadores sociais de raça, etnia, sexualidade, geração e classe. Dessa forma, discutir a história das mulheres é problematizar questões de gênero e feminismos<sup>68</sup>.

Os conceitos de feminismo e gênero<sup>69</sup> são categorias polifônicas. O conceito de gênero aqui tratado não é no sentido literário, mas na perspectiva cultural, ou seja, gênero não

---

<sup>67</sup> O termo interseccionalidade é utilizado para conceituar um problema que enquadra os diversos eixos de poder (como os marcadores de raça, etnia, classe social e outros) e que criam desigualdades nas condições das mulheres frente às estruturas política, social e econômica de nossa sociedade (CRENSHAW, 2002, p.177).

<sup>68</sup> Adota-se “feminismos” para contemplar as interseccionalidades e as existências de múltiplas identidades.

<sup>69</sup> O termo gênero, segundo Joan Scott (1990, p.75), era utilizado para a legitimação acadêmica de os estudos feministas, nos anos 1980, significando que, apesar de erudito, visa obter o reconhecimento político deste campo de pesquisa da História das Mulheres, muito embora as feministas fossem contra seu uso, devido a sua neutralidade.

é “o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2019, p.26), concebe-se

Gênero, nas ciências sociais, tomou outra conotação, e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. O grande impacto que vem produzindo nas análises sociais funda-se em ter chamado a atenção para o fato de que uma parte da humanidade estava na invisibilidade – as mulheres –, e seu uso assinala que, tanto elas quanto os homens são produto do meio social, e, portanto, sua condição é variável. (SOIHET; PEDRO, 2007, p.288)

Dito isso, a condição da mulher e seu o lugar social vem mudando com o tempo e no próximo tópico, apresentaremos o lugar social das mulheres nos itens das Ciências Humanas no ENEM, buscando quantificar e qualificar o espaço que essas mulheres encontram dentro do exame entre os anos de 2016 a 2018, já que

Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de ‘mulher’ ou de ‘mulheres’ como categoria analítica na pesquisa histórica. A trajetória, costumeiramente ‘cautelosa’, dessa disciplina, e o domínio do campo por determinadas perspectivas de abordagem, retardaram significativamente o avanço das discussões. Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’ (SOIHET; PEDRO, 2007, p.284).

## **A HISTÓRIA DAS MULHERES E AS QUESTÕES DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENEM (2016-2018)**

Olhando para o ENEM, precisamos entender suas mudanças ao longo da primeira década de sua criação (1998-2008). Inicialmente o ENEM era “realizado anualmente e, para tanto, aplicava-se uma única prova composta por 63 (sessenta e três) questões interdisciplinares, em um único dia” (BERTUZZI, 2020, p.59). A partir de 2009, quando se tornou uma ferramenta de seleção para o ingresso nas universidades, a prova passou a ter 180 (cento e oitenta) questões objetivas, distribuídas em 45 (quarenta e cinco) questões para cada área e a redação. Todo processo de seleção passa a usar “métodos estatísticos e psicométricos para a análise dos itens que compõem as provas. Essas análises baseiam-se na Teoria Clássica dos Testes (TCT) e na Teoria da Resposta ao Item (TRI)” (BERTUZZI, 2020, p. 60), ou seja, a correção pauta-se na “distribuição das respostas dos participantes entre as alternativas, o grau de dificuldade de cada item e o acerto casual” (BERTUZZI, 2020, p. 60).

Os itens/questões da prova são organizados a partir dos princípios estabelecidos pelas 120 (cento e vinte) habilidades e 30 (trinta) competências e distribuídos ao longo das provas por áreas do conhecimento: a) Ciências Humanas e suas Tecnologias, b) Ciências da Natureza e suas Tecnologias, c) Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e d) Matemática e suas Tecnologias. Os conteúdos abordados nos itens são colocados a partir de uma Matriz de Referência dada pelo INEP, que se apresenta como o organizador do exame, sendo utilizada

(...)especificamente no contexto das avaliações em larga escala para indicar habilidades a serem avaliadas em cada etapa da escolarização e orientar a elaboração de itens de testes e provas, bem como a construção de escalas de proficiência que definem o que e o quanto o aluno realiza no contexto da avaliação (INEP, 2015).

Essa Matriz de Referência determina os Eixos Cognitivos<sup>70</sup>, “sendo comum a todas as áreas, vindo a ser analisados pela banca, ou seja, pelo INEP, estabelecendo Competências e Habilidades para cada área” (BERTUZZI, 2020, p.57).

A Matriz de Referência do ENEM serve de base para o currículo dos concluintes do Ensino Médio. Os objetos de conhecimento das Ciências Humanas e suas Tecnologias que poderão ser explorados na prova são:

- a) Diversidade cultural, conflitos e vida em sociedade
- b) Formas de organização social, movimentos sociais, pensamento político e ação do Estado
- c) Características e transformações das estruturas produtivas
- d) Os domínios naturais e a relação do ser humano com o ambiente
- e) Representação espacial

Partindo dessas referências, passamos a observar usando as estratégias da Análise de Conteúdo nas provas. Para tal, usamos como palavras-chaves buscando nos enunciados das questões e respostas os termos: mulher, mulheres, feminino e nomes femininos. No primeiro momento, para o período investigado, a História das Mulheres não aparece explicitamente como tema, a mulher ou as mulheres aparecem tangencialmente no debate sobre cultura, economia e política.

Antes de iniciarmos a apresentação das análises gostaríamos de mostrar a Tabela 1, que nos revela a quantidade de itens/questões da área de Ciências Humanas voltados para História Geral e do Brasil. Com isso, podemos observar também os lugares ocupados pelo conhecimento histórico escolar neste exame. No total de 45 (quarenta e cinco) itens/questões na área de Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) tivemos:

**Tabela 1 – Itens de História no ENEM (2016-2018)**

Edição	História Geral	História Brasil	Total de Itens de História
2016	3	11	14

<sup>70</sup> Ver Matriz de Referência do ENEM



2017	8	9	17
2018	13	6	19

Fonte: Autoras

Esses dados foram obtidos a partir da análise de 3 (três) provas, todas azuis e da primeira aplicação que totalizam 135 (cento e trinta e cinco) itens de História para análise. Após fazer a seleção das questões/itens de História, partimos para identificarmos nos enunciados das questões ou respostas as palavras-chaves: mulher, mulheres, feminino e nomes femininos. Como resultado dessa análise identificamos um pequeno número de questões, conforme apresenta a Tabela 2.

**Tabela 2 – Itens de História que abordam a categoria mulheres**

Edição	Total de Itens de História	Itens com abordagem secundária	Itens sobre História das Mulheres
2016	14	3	3
2017	17	4	3
2018	19	5	2

Fonte: Autoras

Observa-se o aumento constante na presença do tema (mulher, mulheres e personagens femininas) crescente dos itens em que as mulheres aparecem, e no ano de 2018, verifica-se uma queda de questões/itens que exploram a História das Mulheres. Aproximando-se dessas questões sobre a História das mulheres pudemos ver quais temas e temporalidades são problematizadas, conforme demonstra a tabela 3:

**Tabela 3 – Os itens das História das Mulheres no ENEM (2016-2018)**

Edição	Tema	Temporalidade
--------	------	---------------

2016	As propagandas na produção do senso comum sobre os papéis sociais das mulheres	Propaganda 1 – 1968 Notícia – 2016
2016	A introdução das negras africanas no mercado de trabalho escravista no Brasil	Século XVIII e XIX
2016	A introdução do uso do hijabe no cotidiano iraniano	Século XX
2017	Cultura escravista no Brasil: retratos das amas de leite	Século XIX
2017	Participação política da mulher no Brasil	Século XXI
2017	Estética de Resistência adotada durante a Ditadura Militar	Imagem 1 - Final do Século XVIII Imagem 2- Século XX
2018	Inclusão da mulher no Código Eleitoral de 1932	Século XX
2018	Anúncios publicitários e o reforço dos estereótipos das Mulheres	Século XX

Fonte: Autoras

Há um equilíbrio na quantidade de itens que contemplam a questão das imagens femininas na propaganda, a questão das mulheres no contexto escravista e a questão do voto feminino. Destacando a dimensão da construção do retrato feminino sob a ótica do patriarcado, os itens sobre propaganda, apresentam os estereótipos da época. Enquanto as questões sobre a participação política da mulher buscam ressaltar a figura da mulher em sua atuação nos espaços públicos e de poder. Já nas questões sobre as mulheres negras, a narrativa dos itens

difere quanto às posições da mulher, enquanto uma traz a mulher como protagonista, o outro a subalterniza<sup>71</sup>.

Os itens buscam estabelecer narrativas que favoreçam a História das Mulheres, mas, por ser pontual, continua contribuindo com a invisibilização e abrindo margem para interpretações que não consideram o conhecimento histórico escolar ou historiográfico. Os demais itens, denotam as narrativas mais invisibilizadas ainda pela historiografia, trazendo questões como a da mulher islâmica.

Os sentidos da narrativa histórica abordada neste artigo fazem parte da conceituação categorizada por Carmen Teresa Gabriel e Ana Maria Monteiro (2007). Ambas explicam que a

(...) noção de narrativa — percebida como elemento constitutivo do discurso historiográfico, mediador entre a História (vívda) e a produção de um saber para a construção de sentido do mundo — uma vez articulada com as contribuições da epistemologia escolar oferece elementos para pensar o processo de produção dos saberes escolares no âmbito dessa disciplina de forma a esclarecer processos e dificuldades supostamente intransponíveis. Permite, também, pensar a utilização da narrativa no ensino de História, de forma renovada e atual, libertada das injunções e restrições decorrentes de sua associação exclusiva aos relatos de ficção. (GABRIEL; MONTEIRO, 2007, p.11)

Ainda segundo as autoras, as narrativas enquanto sinônimo dos discursos que “expressam subjetividades produzidas e produções de subjetividades”, “o campo do currículo abre espaços para outras narrativas”, as dos “excluídos” (GABRIEL; MONTEIRO, 2007, p.2). O uso do termo narrativa “está escrito para denunciar as relações assimétricas de poder materializadas nas práticas curriculares” (GABRIEL; MONTEIRO, 2007, p.2).

Visando analisar as narrativas históricas a partir dessa perspectiva tratada acima, destacamos dois itens que consideramos favoráveis as análises:

#### **1. Item 90 - Edição 2017 (Prova Azul):**

---

<sup>71</sup> Os itens correspondentes são, respectivamente: item 8 da edição de 2016 (prova azul) e o item 51 da edição 2017 (prova azul).

Figura 1  
Recorte fotográfico de Maria  
Bonita, década de 1930.



ABRAÃO, B. Disponível em: [www.braskit.com.br](http://www.braskit.com.br). Acesso em: 18 maio 2013.

Figura 2  
Traje de coleção de  
Zuzu Angel.



Disponível em: [www.zuzuangel.com.br](http://www.zuzuangel.com.br). Acesso em: 18 maio 2013.

Elaborada em 1969, a releitura contida na Figura 2 revela aspectos de uma trajetória e obra dedicadas à

- a) valorização de uma representação tradicional da mulher.
- b) descaracterização de referências do folclore nordestino.
- c) fusão de elementos brasileiros à moda da Europa.
- d) massificação do consumo de uma arte local.
- e) criação de uma estética de resistência.**

Fonte: INEP/ENEM, 2017

O item acima, trata-se da criação estética de Zuzu Angel no período ditatorial. Em uma das imagens é mostrado um retrato de Maria Bonita, uma importante figura, referência do banditismo social ao lado de Lampião durante o final do século XIX e início do XX. A artista buscou legitimar uma forma de resistência ao regime ditatorial enfatizando a atuação feminina através da moda. De fato, a narrativa abordada pelo item, traz a visibilidade no contexto histórico referido ao cangaço. Mas há uma discordância quanto à perspectiva frente ao regime militar, deslocando o olhar das narrativas históricas e das formas de resistência que comumente são discutidas. O que induz a análise para o tratamento de uma mulher de luta em 1930 como referência na estética criada, mas desvaloriza a verdadeira perspectiva da mulher de luta em 1968 abordada no contexto escolar, por exemplo. Esse item pode dar margens para interpretações equivocadas, reforçando que qualquer produção do período seria uma forma de denúncia social das práticas do regime.

## 2. Item 78 - Edição 2018 (Prova Azul):

O marco inicial das discussões parlamentares em torno do direito do voto feminino são os debates que antecederam a Constituição de 1824, que não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos

políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. Foi somente em 1932, dois anos antes de estabelecido o voto aos 18 anos, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar no ano seguinte. Isso ocorreu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932.

Disponível em: <http://tse.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 14 maio 2018.

Um dos fatores que contribuíram para a efetivação da medida mencionada no texto foi a

- a) superação da cultura patriarcal.
- b) influência de igrejas protestantes
- c) pressão do governo revolucionário.
- d) fragilidade das oligarquias regionais.
- e) campanha de extensão da cidadania.**

Fonte: INEP/ENEM, 2018

O texto-base do item se refere à conquista de um direito político das mulheres: o voto. A resposta ao item é dada pela campanha de extensão da cidadania. A resposta, ainda que sendo de caráter amplo, não explicitando de onde parte a “campanha”, busca contemplar, através do texto-base, o direito que foi dado às mulheres: o da cidadania. Nessa narrativa não se faz menção a luta das mulheres pelo direito de exercer sua cidadania através do voto. A resposta do item em questão apresenta uma invisibilização dessa luta e teria potencial para ser mais bem elaborada.

Está claro que o ENEM carece de explorar a História das Mulheres. A historiografia, também precisa ampliar suas investigações e discussões, buscou superando o lugar social da relegado à mulher, que por muito tempo ocupou um lugar de neutralidade, de universalidade ou de invisibilidade, acreditando que isso seria suficiente, muitas vezes negando a contribuição histórica das mulheres nas mudanças sociais. Denunciando as discriminações em seus sistemas sociais, as mulheres rompem com a ideia de passividade, se posicionam e reivindicam sua herança social. O que falta é apresentar aos estudantes essas mulheres e suas lutas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda que o ENEM facilite o ingresso nos cursos superiores, determinados questionamentos à organização do exame sobre as questões de representatividade, inclusão e conhecimento em relação aos que historicamente foram silenciados, mantêm-se sendo realizados por parte de grupos socialmente marginalizados. Como contido, ainda que implicitamente na Matriz de Referência, as áreas de Ciências Humanas têm competências e

habilidades que deveriam visibilizar esses grupos nas questões a serem respondidas pelos estudantes, pressupondo o uso do assunto na construção do currículo do Ensino Médio. É necessário destacar novamente que o currículo do Ensino Médio atualmente gira em torno do exame, devido primordialmente à prioridade tomada ao acesso para o Ensino Superior e para o mercado de trabalho.

A relevância social deste artigo se manifesta na prática da relativização de questões misóginas, sendo perpassadas e reproduzidas, numa cultura patriarcal onde se hierarquizam os sexos, naturalizando assim a submissão da mulher que, sendo apagada por um momento da história, continua a ser silenciada em diversas instâncias temáticas, sociais e principalmente políticas. O debate em torno dessas questões vem se expandindo cada vez mais no cenário educacional, trazendo inquietações e motivações para o aprofundamento tanto da teoria quanto da prática cotidiana de combate a invisibilização, mostrando o quão importante é tratar sobre determinados assuntos que atravessam problemáticas sociais.

Nós não podemos pensar a escola ou o ENEM como processos educativos/avaliativos isolados da sociedade, pois são neles em que se produzem espaços de vivências e conhecimentos para articulação dos distintos saberes e modos de vida. É nesse movimento em que devemos pensar no debate sobre a qualidade da educação, e para além disso, o pensar sobre um ensino que reconheça a subjetividade e a realidade de cada indivíduo, para que passem a se reconhecer como indivíduos que possuem a racionalidade, detentores de direitos, cidadãos com deveres a ser cumpridos, seres políticos perante a sociedade.

Contudo, um ponto importante para refletirmos é sobre o que vem a se configurar por educação de qualidade no Brasil, na medida em que tratamos de um processo avaliativo, que às vistas de moldes normativos brasileiros significa movimentar-se em torno das questões qualitativas construídas por escolas com determinados padrões de excelência. Esses padrões são por vezes encontrados em países economicamente desenvolvidos, tecnologicamente avançados e acessíveis, somados às melhores estruturas de ensino. De certa forma, coloca-se a educação como parte do progresso que qualquer nação busca em termos econômicos e políticos. Todavia, a problemática se confere na observação das realidades sociais, que para além de se distinguirem, fazem parte de sistemas de governabilidade desproporcionais a que se quer seguir.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. de. **A invenção do patriarcalismo**. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *Nordestino: invenção do "falo" - uma história do gênero masculino (1920-1940)*. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2013. Cap. 4. p. 125-136. Coleção Entregêneros.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. **Vestibular e ENEM: um debate contemporâneo**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1057-1090, out./dez. 2014.

BERTUZZI, André. **ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DE QUESTÕES DO ENEM: avaliação e interculturalidade**. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Ensino de História, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em:

[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/24468/DIS\\_PPGEHRN\\_2020\\_BERTUZZI\\_ANDR\\_E.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/24468/DIS_PPGEHRN_2020_BERTUZZI_ANDR_E.pdf?sequence=1). Acesso em: 02 març. 2023

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao/compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao/compilado.htm)>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, n.º 9294, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**, n.º 11340, de 07 de agosto de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Matriz de Referência para o ENEM**. 2009. Brasília, DF: MEC/INEP

BERTUZZI, André. **Ensino de História a partir de questões do ENEM: avaliação e interculturalidade**. Dissertação de Mestrado, ProfHistória, RS, 2020.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p.75-210.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p.17-56.

CERRI, Luis Fernando. **Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n.48, p. 213-231, 2004.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAUPHIN, C. et al. **A história das mulheres**. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. GÊNERO. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG, EdUFF, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

FERNANDES, Diego Palmiere. **DIFERENCIAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES NO ENEM UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2009 A 2016**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, CAA, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/>. Acesso em: 01 set. 2021.

GABRIEL, C. T. ; MONTEIRO, A. M. F.C. **Currículo, ensino de história e narrativa**. In: 30ª reunião da ANPED, 2007, Caxambu. 30ª Reunião da ANPED, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Matrizes de Referência**. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/matriz-de-referencia>. Acesso em: 01 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopses Estatísticas do Exame Nacional do Ensino Médio 2016, 2017 e 2018**. Brasília: INEP, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>> . Acesso em: 06 out. 2021.

PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 54, 2007, p. 281-300.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 8. Ed. Paz e Terra, 2017.

RAGO, Luzia Margareth. **AS MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo UNESP, 1995.

SANTOS, Janete. **Acesso à educação superior: a utilização do Enem/Sisu na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. 126 f. il. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan/abr. 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/38>. Acesso em: 11 out. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Marcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto da. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica**. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, [S.L.], v. 37, n. 1, p. 1101, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1806-11173710001>.

VELASCO, Diego Bruno. **NARRATIVAS DE HISTÓRIA DO BRASIL NO ENEM**: disputas curriculares pela hegemonização do conhecimento escolar. 2018. 276 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/>. Acesso em: 11 out. 2021